

Municípios ampliaram as despesas com segurança pública no Brasil

Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que despesas da União caíram em 2019 e permaneceram estáveis nos Estados. Só houve crescimento de fato entre as cidades

Ursula Dias Peres e Samira Bueno
27 de outubro de 2020

SERVIÇO NOTICIOSO / CÓDIGO19



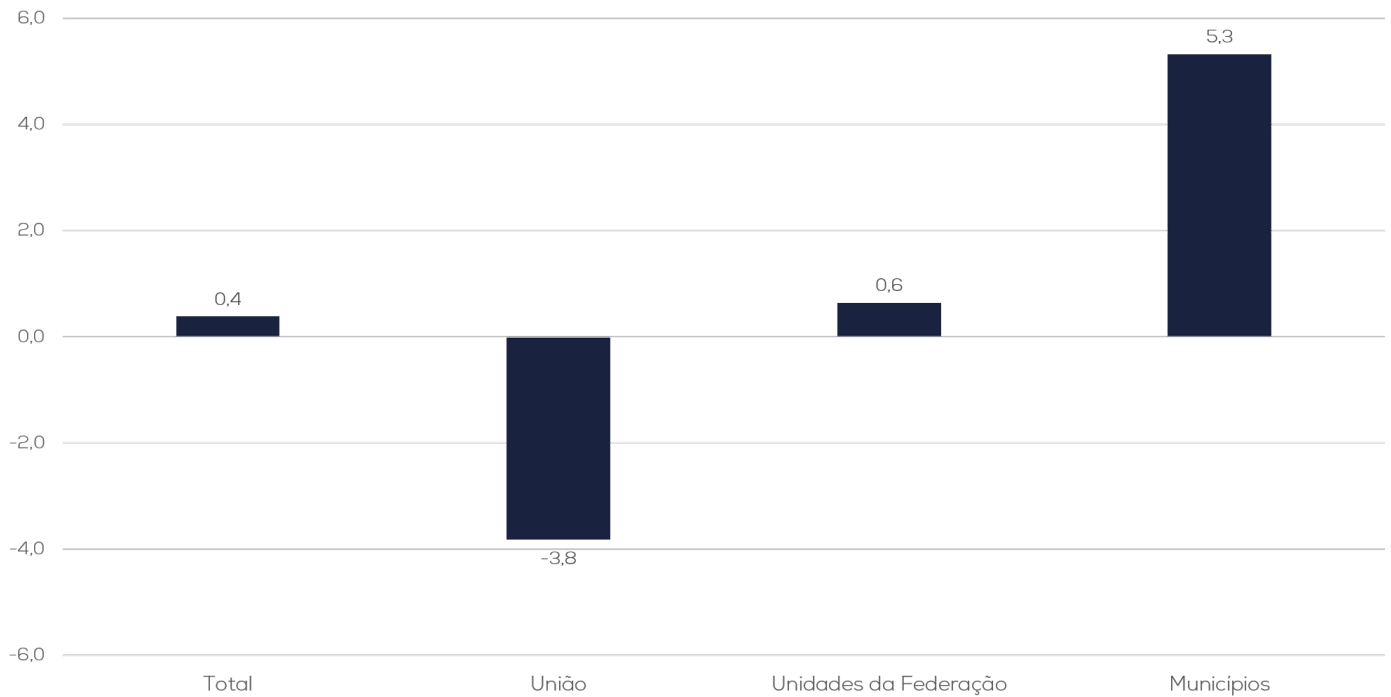
Guarda Municipal de Campinas negocia saída de famílias de área ocupada na cidade; municípios hoje oferecem apoio às polícias estaduais em várias regiões do país

No último dia 19, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública publicou o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*, com dados do setor referentes ao ano de 2019 e primeiro semestre de 2020. A publicação completa, infográfico e tabelas podem ser acessados [aqui](#). Os dados referentes às despesas com segurança pública relativos a 2019 geraram certa expectativa, afinal, havia no cenário mudanças legislativas do ano anterior, com a aprovação do Sistema Único de Segurança Pública, além da escolha do então juiz Sérgio Moro para a pasta da Justiça e Segurança Pública e o primeiro ano do atual governo, que tem no tema uma das suas predileções, o que parecia indicar que a área seria priorizada.

Os dados, no entanto, mostram que o país parece ter perdido outra janela de oportunidade e não foi capaz de traduzir os bons indicadores de redução de homicídios em nova tendência.

E uma das explicações para essa reversão de expectativas é que, durante o ano de 2019, em termos de recursos orçamentários, a área de segurança pública, ao contrário do esperado, não foi priorizada pelo Governo Federal. O que se viu, nos gastos efetivos da União com a função segurança pública, apontam para uma redução de 3,8% em relação às despesas de 2018, com o total de R\$ 11,3 bilhões empregados com a área.

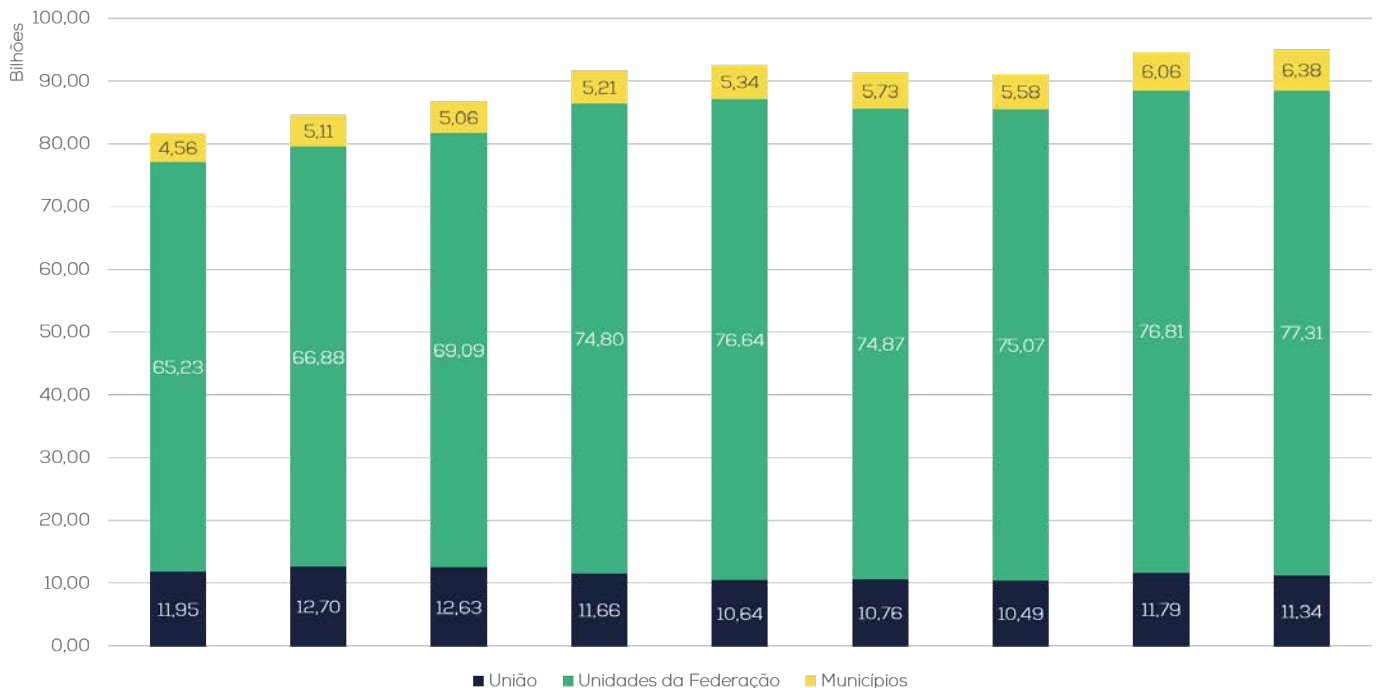
Varição das despesas com a função Segurança Pública entre 2018 e 2019 (em R\$ constantes de 2019)



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Essa redução das despesas da União com a área reforça um quadro que se delinea pelo menos desde 2014, quando do agravamento da crise fiscal que assola o país, e que tem a ver com a participação cada vez mais tímida do governo central no financiamento das políticas de segurança pública. Pelo gráfico abaixo, se verifica que a participação da União, que chegou a ser de cerca de 15% de todos os gastos com a área, foi de apenas 11,9% no último ano.

Evolução das despesas com a Função Segurança Pública, por ente federativo (em R\$ constantes de 2019)



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Historicamente, os entes de maior participação nas despesas da área são os estados e Distrito Federal, responsáveis pela manutenção das Polícias Civil e Militar, fazendo com que as Unidades Federativas respondam por 81,4% do total das despesas do país com segurança. As despesas das UFs se mantiveram estáveis entre 2018 e 2019, com 0,6% de elevação. Esse resultado positivo chama a atenção quando comparado à queda de recursos da União e sobretudo pelo fato de vários estados ainda estarem na vigência de uma situação fiscal frágil. Sendo assim, a estabilidade das despesas com segurança pública nos estados está muito provavelmente associada ao crescimento dos gastos com pessoal nesse período, em especial porque vários governadores têm sido pressionados por suas polícias por reajustes salariais [1].

Um dado que chama bastante a atenção é o crescimento das despesas com segurança realizadas pelo ente municipal. Apesar da menor participação nos gastos totais em segurança pública, o volume de gastos dos municípios segue crescendo e foi o principal responsável pela ampliação das despesas com segurança no período, com crescimento de 5,3 % em relação a 2018. Esse crescimento paulatino fez com que crescesse a participação das cidades no financiamento das políticas de segurança pública nos últimos anos, passando de 5,6% do total de gastos com a área em 2011 para 6,7% do total no último ano.

Em termos quantitativos, 2.423 municípios declararam despesas em segurança pública no ano de 2019, 43,5% do total das cidades brasileiras. Esse número ultrapassa em muito o número de cidades que informam possuir guarda municipal, um total de 1.081 cidades segundo os últimos dados disponíveis do IBGE [2]. Ou seja, as despesas das cidades com segurança não estão restritas à manutenção de guardas civis próprias, pelo contrário, elas têm atuado no cofinanciamento da área, em especial no apoio às polícias estaduais.

Em resumo, o que depreendemos da análise dos dados de financiamento da segurança pública é que ao longo dos últimos 9 anos (2011 a 2019) a União reduziu em 5,2% as despesas com segurança pública, as Unidades da Federação aumentaram em 18,5% e os municípios tiveram crescimento de 40,2% no período.

Vale destacar que as despesas da União caíram mesmo diante do incremento das despesas de dois fundos sob sua gestão, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional. O crescimento dos valores no FNSP foi de 33,6% entre 2018 e 2019, totalizando R\$ 601 milhões no último ano. Já o Fundo Penitenciário Nacional teve um crescimento de 130,7% no mesmo período, com um total de R\$601 milhões em 2019. Embora tenha havido crescimento destes dois fundos, o Fundo Nacional Antidrogas teve redução de 95% de seus recursos e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos não teve nenhum recurso alocado no último ano.

Na prática, o aumento das despesas com o FNSP pode ser explicado pela edição da lei 13.756 de dezembro de 2018, que determinou e disciplinou que o FNSP passe a contar com recursos permanentes oriundos das verbas das loterias geridas pela Caixa Econômica Federal. Já o crescimento de recursos disponíveis no Funpen parece ser desdobramento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347, ajuizada em 2015 pelo PSOL perante o Supremo Tribunal Federal (STF), que proibiu a União de contingenciar os recursos do fundo.

Em meio a esse movimento de afastamento do governo federal da segurança pública, os diversos sistemas previstos no SUSP não foram implementados. As pautas legislativas resumiram-se às pautas sobre costumes, sem o controle de legalidade e legitimidade por parte do Ministério Público e do Poder Judiciário. A única reforma constitucional da área foi a criação das polícias penais, em dezembro de 2019, sem, contudo, nenhuma lei orgânica e/ou regra de governança. A ideia de alinhar os planos estaduais e municipais à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, aprovada em dezembro de 2018, virou mera formalidade burocrática e mais uma vez a lógica dos antagonismos e disputas entre diferentes organizações e esferas parece ter vencido a partida e a violência continua sendo um problema não resolvido, mas mesmo assim, não priorizado no país.

[1] Em fevereiro de 2020 membros da Polícia Militar do Ceará foram responsáveis por um motim que durou 13 dias, fazendo do mês o mais violento da série histórica do Estado com expressivo crescimento dos homicídios. Em Minas Gerais os policiais também ameaçaram paralisações em função dos atrasos no pagamento do 13º dos servidores. O governador Romeu Zema aprovou um reajuste de 41,7% aos profissionais de segurança pública do estado, escalonado até dezembro de 2022.

[2] Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), 1.081 municípios possuíam guardas municipais em 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=16788&t=sobre>

Ursula Dias Peres

Doutora em Economia pela FGV/SP, Professora da EACH/USP e Pesquisadora do CEM/USP

Samira Bueno

Doutora em Administração Pública e Governo pela FGV/SP e diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://www.fontesegura.org.br/economia-e-seguranca/5xihrgxjic>

